

Pablo Lira

# Geografia do Crime

## estudo do Índice de Violência Criminalizada - IVC e da Tipologia Socioespacial

### Resumo

Este artigo consiste em uma análise da distribuição espacial da criminalidade violenta no território da capital capixaba. A partir de ideias e contribuições de várias correntes do pensamento sócio-espaço-temporal, a saber, Urbanismo, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Economia, Criminologia e Arquitetura, este trabalho apresenta a distribuição espacial da violência urbana, construindo, sintetizando e geoprocessando o Índice de Violência Criminalizada (IVC). Tabelas, construídas a partir de dados adquiridos junto aos bancos de dados oficiais, e Mapas, confeccionados no ambiente de trabalho do Sistema de Informação Geográfica (SIG), facilitaram a representação do escopo do estudo. Assim, pretende-se discutir algumas hipóteses que buscam explicar a lógica da distribuição espacial da criminalidade violenta na capital do estado, Vitória, na perspectiva da tipologia socioespacial, desenvolvida no âmbito da rede de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles.

**Palavras-chave:** Geografia do crime; Índice de Violência Criminalizada (IVC); Tipologia socioespacial; Análise espacial; Sistema de Informação Geográfica (SIG).

### Abstract

This paper presents an analysis of the spatial distribution of violent crime in this state of Espírito Santo. Through ideas and contributions of various currents of thought social-space-time, for example, Urbanism, Geography, History, Philosophy, Sociology, Economics, Criminology and Architecture, this researching presents the spatial distribution of urban violence, constructing, summarizing and geoprocessing the Criminalizing Violence Index (IVC). Tables, settings by information from official database, and maps, settings with Geographic Information Systems (GIS), help the representation of paper's objectives. Therefore, we intend to discuss some hypotheses that tries to explain the spatial distribution of criminalizing violence in capital of state, Vitória, in point of view of the socio-spatial typology, developed within the research network of the National Institute of Science and Technology - INCT Metropolis Observatory.

**Keywords:** Geography of crime; Criminalizing Violence Index (IVC); Socio-spatial typology; Spatial analyze; Geographic Information System (GIS).

### Pablo Lira

*é especialista do IJSN/ES, coordenador do Núcleo Vitória do Observatório das Metrópoles e professor do Mestrado Profissional de Segurança Pública UVV.*

pablo.lira@ijsn.es.gov.br

## INTRODUÇÃO

O aumento das ocorrências criminosas no Brasil tornou inegável a importância dos estudos sobre violência. Com base no sistema de informação da Organização Mundial da Saúde (OMS), constata-se que, no ano de 2004, entre 84 nações selecionadas, o Brasil ocupou a 4ª posição no *ranking* da taxa bruta (TB) de homicídio. Com a taxa de 27 assassinatos por 100 mil habitantes, o país somente apresentou situação favorável em relação à Colômbia, Rússia e Venezuela, regiões que possuem sérios problemas de repercussão internacional: Conflitos bélicos e políticos, atuação de esquadrões da morte, cartéis do narcotráfico e/ou comércio ilegal de armamentos pesados (WHOSIS, 2006, on-line).

De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 1980 foram registrados no Brasil e Espírito Santo, respectivamente, 11,7 e 15,1 homicídios por 100 mil habitantes. Passados trinta anos, em 2010, essas mesmas taxas mais que dobraram para o caso brasileiro (27,4 homicídios por 100 mil habitantes) e mais que triplicaram para o caso capixaba (51,0 homicídios por 100 mil habitantes), evidenciando a necessidade da priorização da segurança pública no planejamento, nas políticas, nas ações e na mobilização da sociedade, com a finalidade de redução dos índices de violência criminal. Tal planejamento deve ser norteado por indicadores e estudos estratégicos.

Segundo Molina (1997), os dados estatísticos e indicadores relativos à criminalidade violenta devem dar suporte tanto às intervenções de repressão qualificada por parte do Estado, quanto às políticas públicas e ações da sociedade voltadas para a prevenção primária (avanços no campo da educação, saúde, assistência social, habitação e outras áreas), prevenção secundária (intervenções no desenho arquitetônico e urbanístico, ordenamento territorial, sistema de vídeo-monitoramento, policiamento ostensivo, entre outros) e prevenção terciária (programas de diminuição de reincidência criminal e ressocialização de internos do sistema prisional). Esta é uma cartilha básica de boas práticas no campo da Segurança Pública e Justiça Criminal que vem mostrando resultados positivos desde a década de 1990, como mostram as experiências dos programas e ações implementadas em Nova Iorque, nos Estados Unidos, e em Bogotá, na Colômbia.

Para Beato (2012), nas últimas três décadas no Brasil, a proposição de políticas públicas de segurança evidenciou um movimento pendular, oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. Segundo o referido pesquisador, a ideia de reforma social:

[...] decorre da crença de que o crime resulta de fatores socioeconômicos que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida. Essa deterioração das condições de vida traduz-se tanto no acesso restrito de alguns setores da população a oportunidades no mercado de trabalho e de bens de serviços, como na má socialização a que são submetidos no âmbito familiar, escolar e na convivência com subgrupos desviantes. Consequentemente, propostas de controle da criminalidade passam, inevitavelmente, tanto por reformas sociais de profundidade como por reformas individuais, no intuito de reeducar e ressocializar criminosos para o convívio em sociedade (Beato, 2012, p. 39, grifo nosso).

Outra característica das políticas públicas brasileiras de segurança pública, sobretudo de alguns estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Pernambuco e Espírito Santo), é a priorização no controle e prevenção dos homicídios, crime de maior impacto na sociedade e que ainda gera maior clamor social, mesmo em tempos de banalização da violência e da vida.

Além dos homicídios, que representam o nível extremo que a violência pode alcançar, outros tipos de criminalidade violenta, como tentativa de homicídio, lesão corporal, ameaça, estupro, roubo, furto e tráfico de drogas ilícitas, são constatados cotidianamente em cidades, como Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

Sabendo disso e partindo do pressuposto de que o fenômeno da violência encontra-se arraigado a fatores urbanos e socioeconômicos, este estudo busca analisar possíveis correlações espaciais entre as estatísticas criminais e a organização social do território, por meio dos produtos cartográficos da tipologia socioespacial. A citada tipologia é desenvolvida no âmbito da rede de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles<sup>1</sup>.

Insta salientar que a violência não é exclusividade do meio urbano. Todavia, é na cidade que os conflitos e desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta. Segundo Costa e Freitas (2013) a criminalidade violenta, particularmente os homicídios, não se distribui homoganeamente sobre todos os espaços. Aparentemente, ela acompanha as desigualdades sociais intraurbanas. Esta discussão é abordada mais profundamente na seção 2 deste artigo.

Ao mesmo tempo, o artigo que aqui se insere

<sup>1</sup> Para um maior detalhamento consultar Ribeiro e Ribeiro (2013).

apresenta a metodologia do Índice de Violência Criminalizada (IVC) com o intuito de complementar a análise da distribuição espacial do fenômeno pesquisado, que não se resume somente à problemática dos homicídios.

Tal índice é formado pela conjugação de indicadores que são constituídos por grupo de variáveis criminais. Por meio da correlação com informações socioeconômicas, o IVC visa a facilitar uma aproximação do entendimento sobre os fatores estruturais que provavelmente influem na dinâmica criminal, bem como fornecer subsídios para a proposição de políticas públicas e estratégias de prevenção e controle da violência na capital capixaba<sup>2</sup>.

### Uma definição em construção

A palavra violência pode possuir e/ou representar diversos significados. A dificuldade na definição do que é violência nos remete a uma análise etimológica, necessária ao embasamento das ideias contidas neste trabalho.

A palavra “violência” vem do latim *violentia*, que se refere a *vis* que, por sua vez, quer dizer vigor e potência no emprego da força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais precisamente, a palavra *vis* significa energia em ação, o recurso de um corpo para exercer sua pujança e, portanto, a potência, o valor, a força vital (Harper, 2001, on-line).

De acordo com Zaluar (1999, p. 08) a força supracitada torna-se violência quando transgredir limites ou perturba acordos tácitos, regras ou normas que ordenam as relações sociais. A autora ainda aponta que é a percepção do limite da perturbação e do sofrimento alheio que caracteriza um ato como violento. Esta percepção varia cultural e historicamente.

As sensibilidades para o excesso no uso da força física,

[...] seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. Do mesmo modo, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara. Não é possível, portanto, de antemão, definir substantivamente a violência como positiva e boa, ou como destrutiva e má (Zaluar, 1999, p. 08).

<sup>2</sup> Em caráter introdutório e experimental, os bairros da cidade de Vitória foram escolhidos como unidades de análise para o cálculo do IVC.

Como se percebe, diversos significados recobrem a palavra violência. Considerando a complexidade envolvida na discussão, o termo impossibilita uma definição clara. Dessa forma, sua conceituação não é uma das tarefas mais fáceis. Segundo Pinheiro e Almeida (2003, p. 14), não obstante de um significado “aparentemente tão simples, de uso tão banal, ‘violência’ tende a ser uma palavra complicada”.

Considerando a definição utilizada pela Organização Mundial da Saúde<sup>3</sup> (OMS) e buscando contribuir para uma ampliação do conceito, trataremos a violência como o uso da força física, aí incluído o uso de armas, ou do poder, real ou potencial, abrangendo as ameaças, intimidações e opressões explícitas, implícitas e/ou simbólicas, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra uma coletividade, que resulte em morte, invalidez, lesão, trauma psicológico, dano econômico e/ou privação.

## CRIMINALIDADE URBANA VIOLENTA

Como visto na seção anterior, o tema violência é amplo, permitindo uma ampla abordagem. Ainda que seu crescimento se faça sentir em inúmeras regiões e zonas do país, a distribuição espacial dos crimes violentos não ocorre de maneira homogênea no território nacional.

Em uma análise preliminar, com base na literatura sobre temáticas da segurança pública brasileira (Andrade; Freire, 2013), observa-se que a criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas. Usualmente, sabe-se que conflitos de todos os aspectos e motivos também ocorrem nas zonas rurais. Entretanto, é na cidade que os conflitos e desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta.

Por meio do conceito de macrocefalia urbana, Santos (2004, p. 306) descreve como a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles propícia o desencadeamento de processos descompassados: Redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, *deficit* no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e marginalização de estratos sociais.

<sup>3</sup> “Uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG, 2002, p. 05).

SIGLA	INDICADOR	VARIÁVEIS
ICLCP	Crimes letais contra a pessoa	Homicídios, latrocínios, encontro de cadáver e tentativas de homicídios
ICNLCP	Crimes não letais contra a pessoa	Lesões corporais, rixa, vias de fato e ameaça
ICGCC	Crimes graves contra o costume	Estupro e atentado violento ao pudor
ICR	Crimes de roubo	Somatório dos roubos em e de patrimônios
ICF	Crimes de furto	Somatório dos furtos em e de patrimônios
ICAM	Crimes de armas e munições	Porte ilegal de armas, fabricação ilegal de armas e munições, apreensão de arma de fogo e disparo de arma
ICTT	Crimes de tráfico de tóxico	Tráfico de maconha, cocaína e outras drogas ilícitas
IOPUT	Ocorrências de posse e uso de tóxico	Posse e uso de maconha, cocaína e outras drogas ilícitas
IOE	Ocorrências de embriaguez	Embriaguez

**Tabela 1:**  
Estrutura dos indicadores

As referências especializadas (Zaluar, 2004; Misse, 2006; Zanutelli et al., 2011; Andrade; Freire, 2013) indicam que na cidade a violência criminalizada está arraigada à desigualdade existente entre as classes abastadas e as populações desprivilegiadas. Além da má distribuição de renda e riqueza, recursos urbanos de toda ordem (serviços e equipamentos coletivos) são distribuídos de forma desigual.

Não se almeja com isso afirmar que a desigualdade socioeconômica seja a causa da violência. Sem adiantar conclusões, pode-se afirmar que a causalidade da criminalidade violenta nunca se deve a um único fator, mas sempre a um conjunto de fatores. É importante registrar, previamente, que devido à complexidade envolvida, a criminalidade urbana violenta não pode ser reduzida a uma causa única (Misse, 2006).

A maneira desigual e contraditória pela qual o espaço urbano é construído e reproduzido torna a cidade um palco privilegiado para os conflitos e desencontros interpessoais. A violência emana neste contexto e é influenciada pela segregação social. Da mesma maneira que o espaço urbano é fragmentado, a violência se desdobra distintivamente atingindo estratos da sociedade de forma diferenciada.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

### Índice de Violência Criminalizada (IVC)

Em tempos recentes, mensurar a distribuição espacial da violência tem sido uma meta perseguida por gestores públicos, pesquisadores, estudiosos especializados e formadores de opinião. Várias metodologias foram propostas para tal fim. Entretanto, muitas apresentaram limitações, uma vez que a criminalidade violenta

é um dos problemas sociais mais complexos da contemporaneidade.

Na maioria das vezes, o tratamento das informações sobre violência é efetuado por métodos que evidenciam somente os homicídios como indicador violento. Isto permite leituras incompletas e equivocadas do fenômeno, que são difundidas cotidianamente pelos meios de comunicação sem o menor controle e cuidado. Quantas vezes lemos nos jornais, revistas e artigos que “a cidade Z é a mais violenta do país” ou que “o bairro J é o mais violento da cidade”.

Na verdade, o homicídio é o principal expoente da violência, pois envolve vigor e potência no emprego da força física, com ou sem o uso de armas, resultando em grave perturbação e sofrimento alheio. Todavia, ele não retrata a totalidade da violência percebida e consumada nos centros urbanos brasileiros. A imposição do medo de viver em cidades como Vitória é construída a partir da conjugação de tipos de criminalidade violenta diversos.

Visando a contribuir com o debate sobre a violência, este estudo apresenta o Índice de Violência Criminalizada (IVC). Definido, segundo a literatura estatística, como um indicador síntese, o IVC possui semelhanças metodológicas com o IDH<sup>4</sup> (ONU/PNUD, 2005, on-line). Ele é formado pela associação de nove indicadores básicos que são constituídos por grupos de variáveis criminais. A Tabela 1 apresenta a agregação das variáveis que compõem os indicadores básicos do IVC.

O cálculo do IVC se baseou nos dados sobre violência do Comando de Policiamento Ostensivo Metropolitano – CPOM da Polícia Militar do Espírito Santo. Antes da estimativa dos índices, esses números foram submetidos ao tratamento estatístico da taxa

<sup>4</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é composto por três indicadores básicos: longevidade, educação e renda.

bruta (por grupo de mil habitantes) que viabilizou, através da razão entre os tipos de criminalidade violenta selecionados e a população, a análise e comparação de unidades geográficas com diferentes magnitudes demográficas.

Mesmo possuindo as tabulações sobre os incidentes criminais para o período 1993-2003, este estudo estabeleceu o ano 2000 como referência temporal para o cálculo dos índices. Tal escolha foi influenciada pela disponibilidade da população, distribuída por bairro, para o referido ano. É importante ressaltar que 2000 foi o primeiro ano em que o IBGE estendeu a circulação do Estatcart, aplicativo computacional que fornece números populacionais digitalizados, em escala de detalhe.

As informações supracitadas foram correlacionadas na escala dos bairros da capital Vitória, que concentrou cerca de 14% dos 25.562 crimes contra o patrimônio, 29% dos 1.638 crimes de tóxicos, 8% dos 20.308 crimes contra a pessoa e 17% dos 1.438 homicídios capixabas em 2000 (CPOM-PM; SIM/DATASUS, 2000). A adoção da unidade geográfica de análise se deu de acordo com a ideia trabalhada por Cano e Santos (2001, p. 16). Segundo eles, quanto menores as áreas pesquisadas, mais eficazes e otimizadas tendem a ser as estratégias de controle e combate à violência.

Os *softwares* Excel e SPSS tornaram possíveis os cálculos estatísticos do IVC. A utilização do aplicativo ArcMap permitiu a realização das análises espaciais e a produção cartográfica no ambiente de trabalho do Sistema de Informação Geográfica - SIG.

Por último, é importante salientar que a apresentação geoestatística do Índice de Violência Criminalizada não possui a pretensão de traduzir toda a complexidade do fenômeno estudado, muito menos tem o propósito de contribuir para a estigmatização dos bairros que registram elevadas taxas criminais. Ao contrário disso, o presente índice tem como objetivo tornar-se ferramenta de análise e discussão frente ao debate sobre o referido tema, fornecendo elementos e subsídios para a ação governamental e comunitário-social.

### Tipologia socioespacial

A tipologia socioespacial abordada por Ribeiro e Ribeiro (2013), que foi desenvolvida no âmbito dos estudos e pesquisas do INCT – Observatório das Metrópoles, é constituída partindo do arcabouço teórico que incorpora as relações de produção (perspectiva marxista), lógica de status social (ótica weberiana) e noção de habitus (abordagem de Pierre Bourdieu).

A citada tipologia operacionaliza seu método a partir de agregados de tipos ocupacionais. “Nas experiências contemporâneas de análise social do território o nosso procedimento tipológico se inscreve na tradição francesa iniciada por Tabard (1993) e Tabard e Chenu (1993) em parceria com Edmond Preteceille (1988; 1993; 1994)” (Ribeiro; Ribeiro, 2013, p. 27).

Na implementação do referido método foram considerados os seguintes critérios: Relação capital e trabalho, para diferenciar os indivíduos que são empregadores, trabalham por conta própria e os empregados; trabalho manual e trabalho não manual, uma vez que exercer ocupação manual difere socialmente de ocupação não manual, em que normalmente a esta última se exige algum nível de escolaridade, seja nível médio ou superior; trabalho de comando e trabalho subordinado, existindo diferenças importantes entre as ocupações que exercem atividade de comando, seja de direção, gerência e supervisão, daquelas ocupações subordinadas, que são comandadas por outrem; e trabalho público e trabalho privado, distinguindo as ocupações do setor público e privado.

Com base nesses critérios, foram utilizadas as informações ocupacionais dos censos, sob a referência da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO<sup>5</sup>, correlacionando-as, ao mesmo tempo, com outras variáveis complementares (renda, nível de instrução, situação do trabalho, setor de atividade econômica e setor institucional), para compor 24 Categorias Sócio-ocupacionais – CATs, que podem ser agrupadas em 8 grandes grupos de agregação ocupacional (dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações de nível médio, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do terciário não especializado e trabalhadores agrícolas), o que possibilita a análise da estrutura social de classes sob a perspectiva das relações de produção, status social e estilo de vida dos estratos.

O censo do IBGE é a principal fonte de dados das Categorias Sócio-ocupacionais, base na qual é possível extrair as variáveis relacionadas à ocupação, renda, nível de instrução, setor de atividade econômica, cargos/postos de trabalho públicos e privados. Essas informações são espacializadas na escala das áreas de ponderação, definidas pelo IBGE como agrupamentos de setores censitários<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> As categorias da referida tipologia socioespacial são compostas pelas informações de ocupações definidas. Para um maior detalhamento ver Ribeiro e Ribeiro (2013).

<sup>6</sup> O setor censitário corresponde à menor unidade de registro dos censos do IBGE, que pode compreender cerca de quatrocentos domicílios. A agregação dos setores censitários em áreas de ponderação obedece a critérios de densidade populacional e de contiguidade física (Ribeiro; Ribeiro, 2013).

No campo da análise multivariada existem dois métodos que possibilitam a elaboração da tipologia socioespacial: A análise fatorial de correspondência e a análise de clusters. Estes dois procedimentos constituem a base metodológica desta abordagem sobre a estrutura social de classes, bem como possibilitam a composição dos tipos socioespaciais (superior, superior-médio, médio, popular-operário, popular, popular-agrícola, agrícola etc.), que podem variar de acordo com o contexto urbano estudado. Os aplicativos Statlab e SPSS são as principais ferramentas utilizadas nos procedimentos estatísticos da tipologia socioespacial e o programa ArcGis foi utilizado para geoprocessar as informações e gerar mapas para a análise cartográfica<sup>7</sup>.

## ANÁLISE ESPACIAL DO IVC E DA TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL

Como visto, o Índice de Violência Criminalizada é um indicador-síntese que conjuga os nove indicadores básicos definidos na metodologia. O geoprocessamento do IVC permitiu a confecção do mapa temático da Figura 1. Nele identificam-se algumas tendências de distribuição espacial da criminalidade violenta. Os bairros Enseada do Suá (0,689), Jabour (0,626), São Pedro (0,596) e Boa Vista (0,535) evidenciaram os maiores valores de IVC.

Complementando a análise, o mapa da Figura 2 possibilita a observação cartográfica em relação à organização social do território por meio da tipologia socioespacial, que em 2000 destacou os tipos superior-médio, médio e médio-popular no município de Vitória, que constitui o polo da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV<sup>8</sup>.

Na Enseada do Suá, bairro caracterizado pelo tipo socioespacial superior-médio, área de intensa circulação de pessoa, que congrega pontos econômicos estratégicos do setor terciário (prédios públicos, estabelecimentos financeiros e comerciais de grande porte, entre outros) e espaços de lazer, como a Praça do Papa e curva da Jurema, os indicadores de crimes de furtos, roubos, armas e munições, crimes letais e não letais contra a pessoa, crimes graves contra o costume, ocorrências de posse e uso de drogas ilícitas e ocorrências de embriaguez contribuíram para o destaque do bairro.

<sup>7</sup> Para um maior detalhamento sobre os procedimentos metodológicos consultar Ribeiro e Ribeiro (2013).

<sup>8</sup> Além desses três tipos soma-se à tipologia socioespacial da RMGV a categoria popular-agrícola.

Em Jabour, bairro caracterizado pelo tipo socioespacial médio-popular, a dinâmica criminal foi influenciada principalmente pelos crimes letais contra a pessoa, crimes de tráfico de drogas ilícitas, ocorrências de posse e uso de drogas ilícitas, roubos, furtos, crimes não letais contra a pessoa e ocorrências de embriaguez. Neste bairro, constatou-se o problema da sobrestimação dos registros policiais. Jabour, bairro de classe média e com manchas de comércio específico (margens da avenida Fernando Ferrari), congregou delitos referentes aos crimes contra o patrimônio. Tal situação foi agravada, pois delitos contra a pessoa e crimes de tráfico de drogas ilícitas supostamente cometidos no bairro vizinho, Maria Ortiz, foram creditados a Jabour devido à questão da incompatibilidade das bases de informação da Polícia Militar e da Prefeitura Municipal de Vitória.

Um pouco mais ao sul, Boa Vista, bairro caracterizado pelo tipo socioespacial médio-popular, se evidenciou apresentando elevados índices de violência em todos os indicadores básicos do IVC. Com exceção dos crimes letais contra a pessoa, o bairro vizinho, Goiabeiras (0,230), também evidenciou valores consideráveis de criminalidades diversas: ICNLC, ICE, ICF, ICR, ICAM, ICF e ICR.

Destacado na porção noroeste da Ilha de Vitória, São Pedro (0,596) apresentou elevados índices de crimes letais e não letais contra a pessoa, crimes de tráfico de tóxico, armas e munições, furtos e ocorrências de embriaguez. São Pedro ficou caracterizado pelo tipo socioespacial médio-popular.

O grande conglomerado localizado na região sudoeste de Vitória, formado pelos bairros: Morro do Quadro (0,313), Vila Rubim (0,291), Parque Moscoso (0,286), Forte São João (0,268), Ilha do Príncipe (0,253), Santo Antônio (0,232) e Centro (0,217) foram destacados devido aos seguintes índices: ICLCP, ICTT, IOPUT, ICAM, ICGCC, ICR, ICF, ICNLC e IOE. Neste conglomerado são percebidos os registros dos três tipos socioespaciais de Vitória.

Na porção central da Ilha, Jucutuquara (0,305) e Santos Dumont (0,213) tornaram-se evidenciados pelos crimes de roubos, furtos, crimes não letais contra a pessoa e ocorrências de embriaguez. Estes dois bairros foram caracterizados pelo tipo socioespacial médio.

Por fim, o IVC dos bairros Morro São Benedito (0,250) e Consolação (0,232) foram influenciados, sobretudo, pelos crimes letais e não letais contra a pessoa, crimes de armas e munições, tráfico de drogas ilícitas e ocorrências de embriaguez. Estes dois bairros também foram caracterizados pelo tipo socioespacial médio.

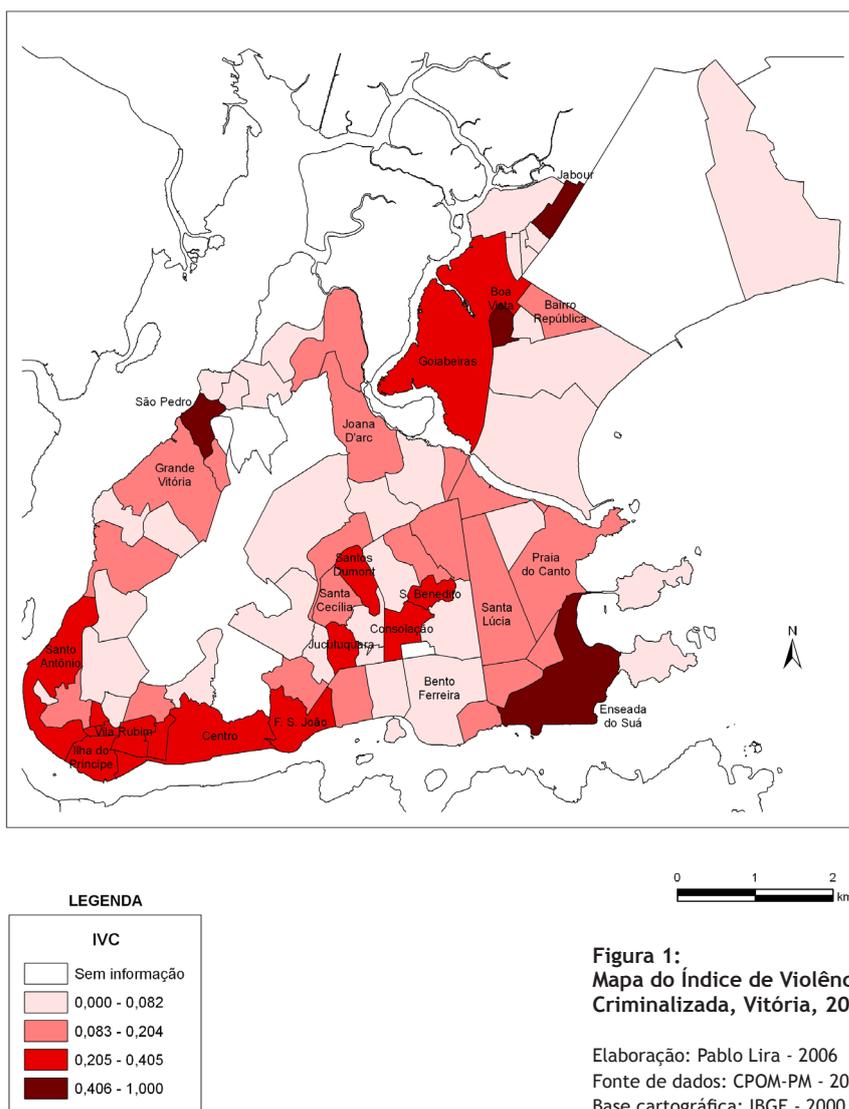
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial deste artigo, a respeito da possível influência exercida por fatores estruturais sobre o fenômeno violento, pode ser mais bem analisada através dos cruzamentos estatístico-cartográficos. A desigual distribuição espacial do crescimento econômico-industrial da metade do século XX produziu desequilíbrios e gerou reflexos sociais que contribuíram para o surgimento e ascensão da dinâmica criminal nos espaços urbanos brasileiros.

Em Vitória, a violência emanou das contradições e hierarquizações sociais cristalizadas no espaço urbano. No que tange a distribuição dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, o comportamento diferencial da violência revelou como os fatores socioeconômicos influem nas tendências de concentração<sup>9</sup>. Com base no mapa da Figura 1, identificou-se que os crimes contra a pessoa estão potencialmente concentrados em conglomerados de bairros que apresentam uma estrutura social e econômica caracterizada pelos tipos socioespaciais menos privilegiados. O bairro de São Pedro é exemplo disso, pois neste território foi registrado um elevado IVC, sobretudo devido aos crimes letais, não letais e de tráfico de drogas ilícitas. O referido bairro é composto prevalentemente pelo tipo socioespacial médio-popular (Figura 2).

O bairro Enseada do Suá, por exemplo, representou um contexto oposto ao do bairro São Pedro. Em Enseada do Suá foi computada prevalência de crimes contra o patrimônio, principalmente roubo e furto. Neste bairro foi registrado, na perspectiva da organização social do território analisada pela tipologia socioespacial (Figura 2), predomínio do tipo superior-médio, o que demonstra que os crimes contra o patrimônio estão mais associados espacialmente aos conglomerados de bairros com estruturas socioeconômicas mais privilegiadas.

Além disso, a incidência de crimes letais contra a pessoa mostrou significativas semelhanças de distribuição espacial com a ocorrência dos delitos de trá-

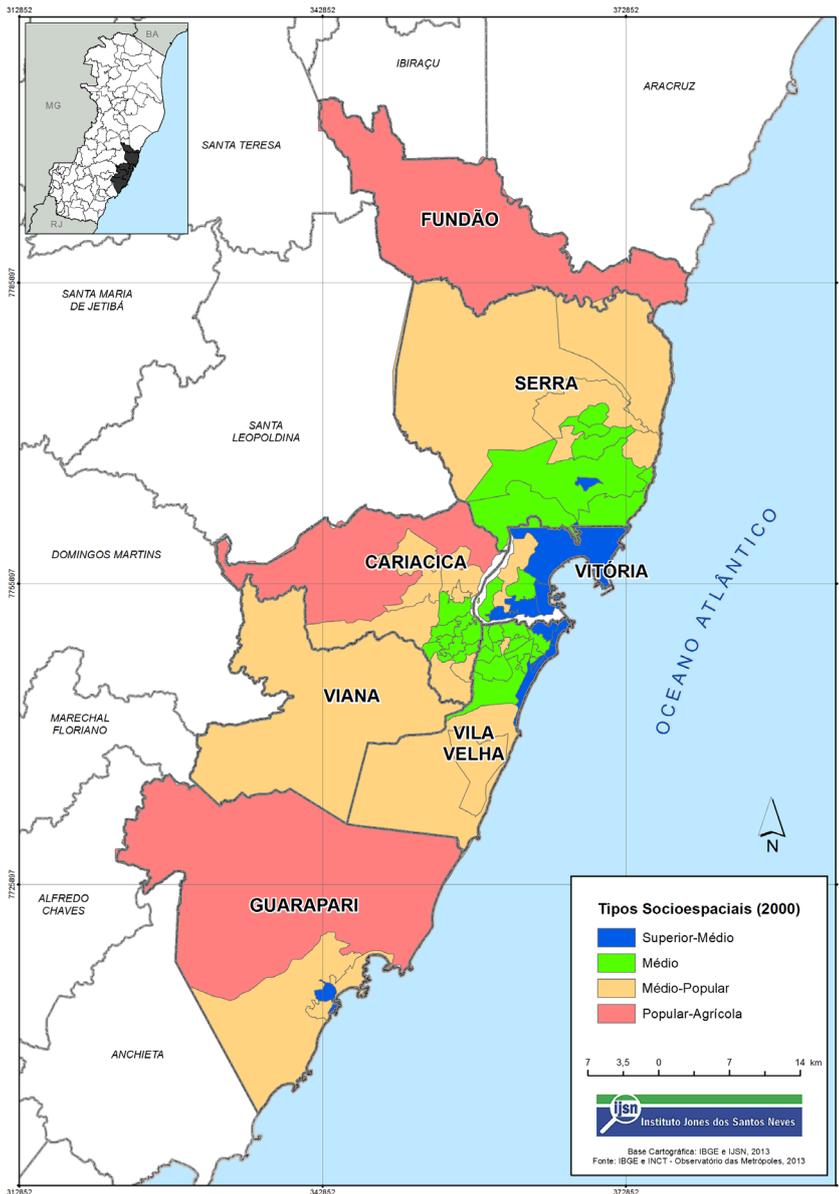


**Figura 1:**  
Mapa do Índice de Violência Criminalizada, Vitória, 2000

Elaboração: Pablo Lira - 2006  
Fonte de dados: CPOM-PM - 2000  
Base cartográfica: IBGE - 2000.

fico de drogas ilícitas, geralmente concentrados nos bairros menos privilegiados, sob a perspectiva dos tipos socioespaciais. Constatou-se que, geralmente, os crimes letais estão correlacionados positivamente com as ações das quadrilhas do tráfico. As ações violentas promovidas pela delinquência organizada são fundamentadas pela complexa associação do uso de drogas ilícitas e armas de fogo, dinheiro no bolso, enfrentamento da morte e banalização da vida. De acordo com Zaluar (2004), a associação do uso de drogas e armas de fogo, dinheiro, conquista de mulheres, do enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre revela que as práticas do mundo do tráfico se vinculam a um etos da virilidade, que por sua vez é centrado na ideia de chefe. Talvez por isso, observa-se a completa perda dos valores da vida nas comunidades assoladas pelo tráfico, para o qual não há distinção de valores, isto é, o usuário que deve R\$ 5,00 tem o mesmo tratamento

<sup>9</sup> Estudos como os de Lira, Lyra e Guadalupe (2014) corroboram tal constatação.



**Figura 2:**  
Tipos socioespaciais,  
Vitória na RMG,  
2000

daquele que possui uma dívida de R\$ 50,00. Caso o débito não seja zerado, nas duas circunstâncias a vida se torna moeda de troca.

Misse (2006) entende que as atividades correlacionadas ao tráfico de drogas compõem um mercado não regulável legalmente, logo definido como um mercado de alto risco e de desconfiança recíproca. No “mercado” do tráfico de drogas ilícitas, “a solução para o pagamento de dívidas e atrasados segue uma lógica retaliativa, decorrente do receio de que qualquer atenuação regular nas cobranças gere um efeito-demonstração” (Misse, 2006, p. 110). Este efeito-demonstração, geralmente, cristaliza-se no espaço com a consumação de crimes contra a pessoa, como os homicídios. Desta forma, a associação espacial entre os crimes letais contra a pessoa e os crimes de tráfico de drogas ilícitas passa a ser mais bem

compreendida. Vale ressaltar que a maioria dos bairros com concentração destes dois indicadores criminais é caracterizada predominantemente pelos tipos sociais menos privilegiados, sob o ponto de vista da organização social do território.

O panorama apresentado na seção anterior facilitou o entendimento da geografia do crime do município de Vitória. Por meio da conjugação de crimes diversos, conglomerados de bairros tornaram-se evidenciados no mapa síntese do IVC. A interpretação cartográfica conjugada da tipologia socioespacial favorece o entendimento parcial da distribuição espacial do IVC, com base nas características das estruturas social e econômica.

Portanto, as breves análises aqui estabelecidas favorecem uma agenda de estudos que podem ser replicados e mais bem aprofundados em outras cidades brasileiras, tanto com a aplicação da metodologia do IVC, quanto na correlação cartográfica dos indicadores criminais com os tipos socioespaciais.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciana; FREIRE, Flávio (orgs.). *Homicídios nas regiões metropolitanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- BEATO, Cláudio. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- CANO, Inácio; SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro - RJ: 7letras, 2001.
- CANO, Inácio; SOARES, Gláucio. *As teorias sobre as causas da criminalidade*. Rio de Janeiro - RJ: IPEA, 2002.
- COSTA, Maria Clélia; FREITAS, Fabiano. Crimes letais em escala metropolitana: o caso de Fortaleza. In: ANDRADE, Luciana; FREIRE, Flávio. *Homicídios nas regiões metropolitanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- HARPER, Douglas. *Online etymology dictionary*. Disponível em: <www.etymonline.com/>. Acesso em: 2 nov. 2005.
- KRUG, Etienne et al. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Brasília - DF: OMS/OPAS/UNPD, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte - MG: Ed. UFMG, 1999.
- LIRA, Pablo. *Geografia do Crime: construção e*

- geoprocessamento do Índice de Criminalidade Violenta - IVC no município de Vitória-ES. 2007. 124 f. Pesquisa Acadêmica. Vitória: UFES, 2007.
- LIRA, Pablo; LYRA, Ana Paula; GUADALUPE, Thiago. Organização social do território e criminalidade violenta: análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. In: LIRA, Pablo; OLIVEIRA JÚNIOR, Adilson; MONTEIRO, Latussa. *Vitória: transformações na ordem urbana: território, coesão social e governança democrática*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014.
- MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e educação*. Rio de Janeiro - RJ, v. 2, n. 1, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro - RJ: Lúmen Júris, 2006.
- MOLINA, Antonio. *Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos*. 2. ed. São Paulo - SP: 1997.
- PINHEIRO, Paulo; ALMEIDA, Guilherme. *Violência urbana*. São Paulo - SP: Publifolha, 2003.
- RIBEIRO, Luiz César; RIBEIRO, Marcelo. *Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo - SP: Edusp, 2004.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília - DF: UNESCO, 2004.
- WHOSIS. *World Health Organization Statistical Information System*. Disponível em: <www.who.int/whosis/en/>. Acesso em 20 dez. 2007.
- ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: *São em perspectiva*. São Paulo - SP: on-line, v. 13, n. 3, pp. 3-17, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro - RJ: Editora FGV, 2004.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro - RJ: 2006.
- ZANOTELLI, Cláudio et al. *Atlas da Criminalidade no Espírito Santo*. São Paulo: Annablume, 2011.